

FAXINAIS: em busca do reconhecimento. ¹

Mayra Lafoz Bertussi,
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

Os faxinais são povos tradicionais cuja formação social se caracteriza principalmente pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Através de mobilização social e pressão política, os faxinais conquistaram a identificação de sua territorialidade específica através do Cf. Decreto Federal 10.408/2006 - Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e pela Lei Estadual 15.673/2007. A crescente desagregação dos territórios de faxinais impulsionou a iniciativa política de auto-reconhecimento desses povos atinada com a busca pela garantia de seu território. Reduzidos a cerca de 50 áreas na Região Centro-Sul do Estado do Paraná, alguns dos faxinais existentes se organizaram no recente movimento social intitulado Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais, que tem como principal reivindicação o acesso a seus direitos territoriais decorrentes de sua identidade étnica. O presente trabalho tem como propósito identificar e analisar a territorialidade desses povos tendo como foco as representações associadas ao uso comum da terra conjugado ao uso privado e as práticas jurídicas que lhes são conseqüentes, compreendendo que estas asseguram a gestão do território. A intenção é melhor identificar mecanismos sociais presentes na organização étnica que permitem a auto-atribuição desses povos enquanto povos de faxinais

PALAVRAS- CHAVE:

Povos Tradicionais, Processos de Territorialização, Identidade Étnica.

Contextualização da Pesquisa

Antes de iniciar, considero importante situar minha posição em relação ao trabalho que se segue. Mais do que justificar, gostaria de muito brevemente localizar o espaço que forneceu elementos sobre os povos de faxinais e, por conseguinte, que caracteriza minha posição atual frente aos mesmos. Esclareço que estou no primeiro semestre de mestrado do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS e por esse motivo trago somente um primeiro esboço do tema de pesquisa que pretendo seguir, além de algumas

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

inquietações sobre a problemática dos processos de territorialização e questões sobre a identidade étnica. Dessa forma minha apresentação traz mais questionamentos, indagações e interrogações do que de respostas.

Devo ressaltar que a posição que estabeleci com os povos de faxinais foi como de educadora popular, embora tenha feito parte de grupos de pesquisas como a do Projeto da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil² na elaboração do fascículo dos Faxinais. Trabalhei numa ONG³ de desenvolvimento rural sustentável em comunidades camponesas no Centro-Sul do Paraná e nessa experiência conheci os primeiros faxinais. O foco principal do trabalho foi o de mobilização de comunidades para a formação de um movimento social de representação dos Povos de Faxinais que pudesse fazer frente ao Estado na reivindicação das demandas desses povos. Atualmente visio estabelecer um diálogo entre a experiência que tive com pressupostos teóricos referentes a questões de identidade étnica, processos de territorialização e direito étnico.

Caracterização e contextualização do problema

Os faxinais são povos tradicionais reconhecidos pelo Estado por sua territorialidade específica através do Cf. Decreto Federal 10.408/2006 - Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e pela Lei Estadual 15.673/2007. Embora tenham se mobilizado e pressionado politicamente para a conquista desse espaço, tardiamente iniciaram o processo de reivindicação pelo reconhecimento coletivo. A crescente desagregação dos territórios de faxinais impulsionou a iniciativa política de auto-reconhecimento desses povos atinada com a busca pela garantia de seu território. Reduzidos a cerca de 50 áreas na Região Centro-Sul do Estado do Paraná (MARQUES, 2004), os faxinais existentes atualmente são exemplos da resistência desses povos.

Considerados como uma forma de organização camponesa peculiar no sul do Brasil, os faxinais se caracterizam, principalmente, pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos, disponibilizados na forma de criadouro comunitário. Esse espaço reflete a produção consensuada de práticas sociais internas e laços de solidariedade que caracterizam a gestão coletiva do território.

Delimitado pela cerca comunitária, no interior do qual se conserva uma significativa agrobiodiversidade, é no criadouro comunitário que ocorre o manejo da erva-mate nativa, a criação comum de animais, espécies florestais forrageiras, frutíferas nativas, ervas medicinais

² Projeto financiado pela Fundação Ford, Ministério do Meio Ambiente e Universidade Federal da Amazônia e Universidade do Estado do Amazonas que visa a auto-cartografia dos povos tradicionais a partir dos elementos que estes consideram como mais fundamentais.

³ Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP

e variedades de cultivo agrícolas. É neste espaço que se encontra a moradia, normalmente cercadas em pequenas áreas de terra denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Além do espaço de uso comum há também aqueles de uso privado, as lavouras, que são encontradas do lado externo ao criadouro e que apresentam em sua maioria lavouras compostas, como milho, arroz, feijão e fumo. Desta forma, o faxinal se caracteriza como um território composto e complexo que combina uso comum de recursos e apropriação privada da terra.

Em meados da década de 60, entra em crise a forma de representação e apropriação tradicional dos recursos naturais de territórios faxinalenses quando se confronta com as representações e formas de apropriação dos recursos naturais implantados pelo modelo de agricultura convencional que gradualmente avança sobre o território faxinalense. O elemento fundamental desse conflito está sob a forma do entendimento e do uso da terra: enquanto os faxinais prezam o uso coletivo no criadouro comunitário, o modelo de agricultura moderna incentiva o individual, o primeiro visa à continuidade das práticas e acordos coletivos e o segundo preza a lei única do capital. Tal jogo de força é potencializado quando a agricultura moderna é adotada como legítima e reconhecida com o *status* de políticas governamentais, a exemplo do modelo de reforma agrária e política agrícola e seus impactos sobre as territorialidades e recursos naturais. O resultado da aplicação dessa lógica dominante é percebido no dramático e dinâmico cenário de desagregação dos faxinais, seguido pela gradual e sutil expropriação de seus territórios específicos. Como exemplo da situação crítica onde vivem os faxinais, pode-se mencionar a existência do Faxinal do Salto, no município de Rebouças, que pelo depoimento de um faxinalense possui uma média de cinquenta e oito alqueires de terra para a moradia de noventa e quatro famílias e a existência de 2800 a 3000 animais.

A partir desse cenário de ameaça dos territórios pela modernização da agricultura, e como resposta a mobilização promovida pelo 1^o Encontro dos Povos de Faxinais, em agosto de 2005 na cidade de Irati/Paraná, surgiu a Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais – AP. Utilizando alguns dos preceitos dos novos movimentos sociais, como a reivindicação de direitos étnicos e coletivos, a organização conta com a participação de 21 faxinais e propõe o papel de representação política dos faxinalenses junto aos governos e a construção de pautas a partir das demandas comuns originárias nas comunidades. Após várias atividades de formação promovidas pela AP, os faxinalenses, elegeram a seguinte pauta de negociação: questão fundiária como objetivo primordial, construção de planos de uso sustentável do território, resgate dos conhecimentos tradicionais e das práticas jurídicas que asseguram a gestão coletiva do território, entre outras.

Atualmente a organização tem alcançado avanços significativos, principalmente frente ao poder público, como a participação junto a outros movimentos sociais e ministérios na Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, e como o reconhecimento de sua territorialidade específica por Leis Estaduais e Municipais. No âmbito organizacional também há vitórias, como o 2º Encontro dos Povos de Faxinais, a mobilização de novas comunidades de faxinais e ainda a divulgação da segunda edição da Nova Cartografia Social dos Povos Tradicionais. Contudo ainda há um enorme espaço a ser conquistado quando se considera a demanda principal do movimento: o direito a terra.

A territorialidade nos faxinais

Embora compartilhe de uma identidade campesina comum a realidade social da região, as comunidades de faxinais trazem características peculiares que demandam a necessidade de um outro olhar. Uma particularidade que salta aos olhos é a presença de um território de uso comum, primeira referência feita pelos faxinalenses quando indagados sobre a definição de faxinal⁴:

“O faxinal, no nosso ponto de vista faxinalense é *onde nós vive num uso coletivo*, onde todos usam aquela área protegendo o meio ambiente e ocupando com pequenas criação.”
Ismael Kloster – Faxinal dos Kruguer (Grifos meus)

“Faxinal é onde o *peessoal vive em grupo, tudo trabalha em mutirão*, a comunidade se reúne, e (...) é onde pessoal vive também tudo na comunidade” Sergio Sobenko, Faxinal do Lageado de Baixo (Grifos meus)

“O faxinal é uma organização do pessoal que cria os seus porcos soltos em comum, tudo junto, *tipo uma família só*, tudo cria no terreno dos outros, tudo a criação junta, então é, *vamos supor que isso fosse uma família só*, tudo reunido, unido, um sistema do pessoal ficar no interior pra não procurar de ir pra cidade atrás de emprego” Eduardo Wenglarek, Faxinal do Emboque (Grifos meus)

As falas acima refletem alguns fatores importantes. O primeiro diz respeito ao uso comum. O segundo tem a ver como as práticas de solidariedade e ajuda mútua presente nos mutirões e na vida social do faxinal, e por último a identificação entre os partícipes do grupo como uma unidade familiar.

A distinção entre os faxinais e as demais comunidades se dá logo na entrada – para adentrar a um criadouro comunitário é necessário ultrapassar uma cerca, uma barreira física, que delimita terra de uso comum com outros espaços. Por ser física e visível acredito que sirva como uma delimitação tanto interna quanto externa. Entretanto creio que essa é uma

⁴ Os depoimentos apresentados nesse trabalho foram recolhidos durante a elaboração do fascículo dos Faxinais da série Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

indagação que devo aprofundar durante a pesquisa – afinal qual a representação social implícita em relação a cerca?

Uma característica marcante é a biodiversidade encontrada nos faxinais. Frente a uma paisagem de monoculturas, como o cultivo de soja, milho e pinus, o faxinal é demarcado por uma variedade de espécies que são de fundamental importância para a sustentabilidade e para a segurança alimentar dos moradores. Pode-se de longe reconhecer um criadouro, basta avistar uma área de mata. O pastoreio animal solto, perambulando no criador, também é uma peculiaridade fundamental. Os animais são privados embora sejam criados em comum. Diversas práticas demonstram o conhecimento aprofundado do meio e do modo de vida tradicional no qual vivem os faxinalenses como, por exemplo, a forma que cada família tem em identificar os animais particulares, a experiência da mata servindo como alimentação animal, entre outras.

A partir dos elementos citados, ênfase no uso comum da terra e de seus recursos naturais, menção de uma solidariedade como tônica das relações, a identificação com o meio e com o próprio grupo, a delimitação de um espaço específico e o conhecimento profundo do meio remete-nos ao conceito de territorialidade:

“As práticas de ajuda mútua, incidindo sobre recursos naturais renováveis, revelam um conhecimento aprofundado dos ecossistemas de referência. A atualização destas normas ocorre, assim, em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força (...). Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existente” ALMEIDA, 2004.

Contudo creio que não se deve pensar que a experiência mútua numa territorialidade específica empeça a diversidade de formas de apresentação – os faxinais também representam uma diversidade de realidades. Possuem descendências originárias distintas que também servem de argumento para sua auto-identificação, assim há faxinais de caboclos, poloneses, ucranianos, alemães. Muitos faxinais são intitulados pelo nome da família predominante ou pela de maior influência, seja na constituição do território ou na sua reprodução. Desta forma encontramos Faxinal dos Seixas, Faxinal dos Coutos, Faxinal dos Krueger.

Também existem diferenças nas formas de apropriação da terra comunal, diversos acordos consensuados sobre seu uso e distintas formas de abarcar a equação privado versus uso comum. A negociação inicia na cerca, onde cada faxinal possui um acordo sobre construção e manutenção da mesma. Normalmente, cada família possui uma área destinada a produção de hortaliças e plantas caseiras, a definição de tamanho desse espaço também faz parte da gestão comum do território. É significativa a existência de moradores sem terra no

interior do criador, o que não impossibilita o uso de terra por eles, contudo diferentes são as relações de poder que se estabelecem em relação ao uso da terra do criador. Esse fenômeno se aproxima muito da colocação de ALMEIDA (2004):

“Em termos analíticos, pode-se adiantar, que tais formas de uso comum designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas, combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social”

Acredito que as normas específicas presentes nas relações sociais que asseguram a conjugação da apropriação privada e do uso comum, de direito privado e direito de uso, embora sejam consensuadas, constantemente estão sendo reformuladas e aplicadas. Além disso, penso que a gestão do território é motivo para muitos dos conflitos internos e que provavelmente refletem incoerências e contradições presentes nos processos sociais locais. É comum que as brigas de vizinhos no criador sejam geradas pelo não acordo quanto ao uso comum da terra. Acredito que nesse ponto podemos perceber alguns dos pressupostos no qual Barth nos chama atenção, como a necessidade de “desenvolver outros modelos que permitam apreender de modo mais direto e preciso as características observadas, sem um filtro que negue tudo aquilo aparentemente inadequado” (BARTH, 2000, p.109); e ainda de que a cultura é distributiva, ou seja, que é “compartilhada por alguns e não por outros... as estruturas mais significativas da cultura – ou seja, aquelas que mais conseqüências sistemáticas têm para os atos e relação das pessoas – talvez não estejam em suas formas, mas sim em sua distribuição e padrões de não-compartilhamento” (BARTH, 2000, p.128). Contudo essas são hipóteses que somente um trabalho de pesquisa mais aprofundando vai poder afirmar.

Da existência particular para a emergência da identidade social

Todos os elementos mencionados acima, além da situação política de outros grupos tradicionais que conseguiram alcançar vitórias significativas frente ao Estado, como o exemplo do caso dos indígenas e quilombolas, foram fundamentais para a percepção de que os faxinais tinham potencial para a formação de um movimento reivindicatório que remetesse a territorialidade daquele povo. Foi assim que a ONG onde trabalhei incitou a organicidade dos grupos visando a formação de um movimento social que abarcasse uma coletividade fundamentada no reconhecimento de uma identidade étnica. Dessa forma, a questão da identidade étnica surge a partir de um contexto de reivindicação num processo de

fortalecimento político-ideológico fomentado nos atores. A Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinais nasce afirmando uma identidade étnica de seus partícipes:

“Grupos étnicos são formas de organizações que respondem às condições políticas e econômicas contemporâneas e não vestígios de organizações passadas. Elas se servem do arsenal cultural não para conservá-los como um todo (...) mas para selecionar traços que servirão de sinais diacríticos para se exhibir a afiliação a um grupo” (CUNHA, 1986, p. 94)

Acredito na potencialização do grupo étnico como resposta as condições políticas e econômicas na busca de interesses e fontes de recursos, como muito bem elucidada o trabalho de Manuela Carneiro da Cunha com os católicos brasileiros em Lagos e como a Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinais mostrou na sua capacidade de mobilização frente as comunidades camponesas da região centro-sul do Paraná quando elegeu como bandeira de luta a questão do acesso a terra. O argumento de Weber (1986) auxilia nessa visão instrumental quando trata grupos étnicos principalmente como um “momento”, contudo abrange para questões mais subjetivas ao falar de uma “crença de procedência comum”:

“Llamaremos “grupos étnicos” a aquellos grupos humanos que, fundándose en la semejanza del hábito exterior y de las costumbres, o de ambos a la vez, o en recuerdos de colonización y migración, abrigan una creencia subjetiva en una procedencia común, de tal suerte que la creencia es importante para la ampliación de las comunidades; pero la designaremos así siempre que no representen “clanes”, aunque sin tener en cuenta si existe o no una verdadera comunidad de sangre. La colectividad “étnica” se distingue del “clan” en que, en sí misma, no es más que una “coletividade” o grupo (creído) y no “comunidad” efectiva como el clan, a cuya esencia pertenece una acción comunitaria efectiva. El grupo étnico (en el sentido que aquí se toma) no es en sí mismo una comunidad sino tan sólo un “momento” que facilita el proceso de comunización” (WEBER, p. 318)

Contudo também creio que as questões identitárias, enquanto argumento de movimentos sociais, reforçam outras dimensões das formas de se fazer política que, mesmo interessada em recursos, reforçam caminhos e relações políticas diferenciadas quando afirmam uma territorialidade específica e exigem um reconhecimento de formas tradicionais de acesso a terra.

“Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas” ALMEIDA, 2004.

Assim, quando povos ou comunidades tradicionais tornam-se atores dentro do cenário político o termo “tradicional” se desvincula do postulado de “continuidade”, ou como

referência histórica do passado, e a expressão “povos ou comunidades tradicionais” aparece como reivindicação contemporânea em forma de autodefinição coletiva combinada com as questões identitárias. “Povos ou comunidades tradicionais” postulam um processo de construção do próprio “tradicional” a partir de mobilizações e conflitos e de uma existência política. Desta forma, a noção de “tradição” se torna um elemento estratégico na autodefinição coletiva desses povos:

“Neste sentido a noção de “tradicional” não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização⁵. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades”, da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado.” ALMEIDA, 2004

O poder aglutinador e de reforço de uma identidade étnica concentrada no aspecto reivindicatório do movimento social pode ser corroborado quando se percebe a força de mobilização que ganha a divulgação do Dossiê de Conflitos Socioambientais nos faxinais, denominado: “Guerra Ecológica no Bioma Floresta com Araucária”, apresentado pela Articulação Puxirão no dia 3 de julho de 2007, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O documento faz menção às sistemáticas e permanentes arbitrariedades contra a integridade física, ambiental e sócio-cultural dos faxinais demonstrando o cenário de instabilidade e deslegitimação que os acordos tradicionais vêm sofrendo e os conflitos no uso dos recursos naturais e da terra. O Dossiê serviu como peça fundamental para a visibilidade social do movimento e para a imersão de novas comunidades no mesmo.

Embora esse âmbito político possa ser ressaltado, e a busca por recursos seja um viés na afirmação de um grupo étnico, creio que ao afirmar a sua tradicionalidade os faxinais também remontam aspectos mais subjetivos de sua existência, que está atinada com a continuidade de sua territorialidade. Se antes os faxinais eram percebidos como um local, ou seja, um espaço físico, atualmente lutam pelo reconhecimento do seu modo de vida. A emergência da existência social de um grupo étnico tem possibilitado que faxinalenses negociem sua identidade a partir da memória de uma origem e de um destino em comum, e não somente pela existência do criadouro comunitário. Atualmente há comunidades que

⁵ Este conceito de **unidades de mobilização** refere-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado - através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias- ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infra-estrutura que requerem deslocamentos compulsórios. São estas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB) e o Movimento dos Atingidos pela Base de Foguetes de Alcântara (MABE), dentre outro

afirmam sua identidade faxinalense a partir da memória da existência de uma área de uso comum, embora a mesma não exista mais.

A partir de alguns dos argumentos que expus, e principalmente pela realidade que vivi com os faxinais, creio não ser promissor desvincular os diferentes âmbitos que estão inter-relacionados nas questões de consciência de uma identidade étnica. Seja no nível individual, seja no âmbito de emergência de um sujeito social, diferentes variáveis apresentam-se intrínsecos a essa realidade – tenham eles o caráter material, simbólico ou subjetivo. Distintas são também as identidades que podem ser jogadas pelos atores no curso da vida real, o que somente corrobora a idéia de que as questões de etnicidade devem ser abordadas por uma gama ampla de visões. Nesse sentido, compreendo a contribuição de Banton (1977) quando afirma que identidade étnica pode ser comparada as secções de um telescópio, pois podem ser congregadas ou moldadas umas sobre as outras: possui diferentes motivações e diversos são os fatores para sua criação e manutenção. Seu surgimento pode estar relacionado com a questão da ascendência quanto também está carregado de questões políticas, ideológicas e materiais; as fronteiras étnicas são definidas pela manutenção da crença de pertença, ao mesmo tempo em que as fronteiras também a definem; e por fim, o surgimento de uma minoria étnica dentro de uma nação tem como reivindicação o reconhecimento de suas peculiaridades dentro do Estado.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – Uso Comum e Conflito**. Belém, *Cadernos NAEA n° 10*, UFPA, 1989.

ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas, Processos de Territorialização e Movimentos Sociais**. *Estudos Urbanos e Regionais V.6, n.1/Maio 2004*. 10p.

BARTH, Fredrik. "A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas". **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (org) Lask, Tomke. Rio, Contracapa, 2000

BATON, Michael. "Etnogênese". **A Idéia de Raça**. São Paulo. Edições 70. Martins Fontes. 1977.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. 121 f. (Boletim Técnico, 22).

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Religião, Comércio e Etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em lagos no século XIX" & "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível". **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná**. Guarapuava, 2004. 192 p. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná.

SHIRAISHI NETO, J. **Leis do Babaçu Livre – Práticas Jurídicas das Quebradeiras de Coco Babaçu e Normas Correlatas**. Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”. Manaus: PPGSCA. Fundação Ford. 2006

WEBER Max. “Relações Comunitárias Étnicas”. **Economia e Sociedade**. V.I: Brasília, Editora da Universidade de Brasília. 2ª parte, capítulo IV, 1986.